



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PJECOR Nº 0002155-46.2024.2.00.0814 PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (1199)

[Fiscalização]

REQUERENTE: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL

REQUERIDO: UNIDADES JUDICIÁRIAS - 1º GRAU – TJPA

DESPACHO/OFFÍCIO CIRCULAR Nº 052/2024-CGJ

O presente de expediente é oriundo da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Id. 4342978), por meio do qual cientifica este Órgão Correccional acerca da Decisão (Id.4342979), da lavra do Exmo. Sr. Dr. Gilberto Schafer, Juiz de Direito, que deferiu o processamento da recuperação judicial das empresas CMC Serviços Empresariais Ltda, ZANC Serviços de Cobrança LTDA, ZANC Assessoria Nacional de Cobrança Ltda., GCCI Administração e Participações Ltda. E ZDAT Teleatendimento e Serviços Ltda., nos autos de Recuperação Judicial nº 5018005-83.2024.8.21.0001/RS.

Atendendo ao solicitado, **DETERMINO**, então, que seja dada ciência da íntegra deste expediente a todos os Juízes de Direito do Estado do Pará, a fim de que a decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS seja atendida.

Após, **ARQUIVE-SE**.

Dê-se ciência ao remetente.

Sirva o presente despacho como ofício.

À Secretaria da Corregedoria de Justiça, para os devidos fins. Belém (PA), data registrada no sistema.

Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR

Corregedor-Geral de Justiça





Número: **0002155-46.2024.2.00.0814**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Pará**

Última distribuição : **14/05/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (REQUERENTE)	
Unidades Judiciárias - 1º Grau - TJPA (REQUERIDO)	
CMC SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	
ZANC SERVICOS DE COBRANCA LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)	
ZANC ASSESSORIA NACIONAL DE COBRANCA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	
ZDAT TELEATENDIMENTO E SERVICOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4342974	14/05/2024 15:57	INFORMAÇÃO	INFORMAÇÃO
4342978	14/05/2024 15:57	e-mail	Documento de Comprovação
4342979	14/05/2024 15:57	1	Documento de Comprovação
4348831	17/05/2024 13:44	Despacho	Despacho
4369797	21/05/2024 08:40	OFÍCIO	OFÍCIO
4369798	21/05/2024 08:40	OFÍCIO CIRCULAR N° 052 2024 CGJ	OFÍCIO

(e-mail)- Comunicação de recuperação judicial de empresa



Processo de Recuperação Judicial n.º 5018005-83.2024.8.21.0021/RS

TJRS/CGJ - Sedoc - Corregedoria <sedoccgj@tjrs.jus.br>

Ter, 14/05/2024 13:43

 1 anexos (208 KB)

Despacho_6611112_anexoEmailEproc_1713210401_Evento_123_DESPADEC1.pdf;

Exmo(a). Sr(a). Corregedor(a)-Geral da Justiça:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho para conhecimento de Vossa Excelência cópia da decisão (ID 6611112) proferida nos autos do Processo de Recuperação Judicial n.º 5018005-83.2024.8.21.0021/RS, que deferiu o processamento da recuperação judicial das empresas CMC Serviços Empresariais Ltda., CNPJ: 07023218000100, ZANC SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA, CNPJ: 08204809000147, ZANC Assessoria Nacional de Cobrança Ltda., CNPJ: 04820805000132, GCCI Administração e Participações Ltda., CNPJ: 10237801000129 e ZDAT Teletendimento e Serviços Ltda., CNPJ: 89539977000195.

Expediente SEI Nº 8.2024.0010/001192-1

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Des.^a Fabianne Breton Baisch,
Corregedora-Geral da Justiça.Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Corregedor(a)-Geral da Justiça



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornellas, 50, Sala 803 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6758 - Email: frpoacentvre@tjrs.jus.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 5018005-83.2024.8.21.0001/RS

AUTOR: CMC SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

AUTOR: ZANC SERVICOS DE COBRANCA LTDA.

AUTOR: ZANC ASSESSORIA NACIONAL DE COBRANCA LTDA

AUTOR: GCCI ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA

AUTOR: ZDAT TELEATENDIMENTO E SERVICOS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

OBJETO DA DECISÃO	DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
DATA DA ANTECIPAÇÃO DO <i>STAY PERIOD</i>	04/03/2024
DATA DO PROTOCOLO DO PEDIDO	26/01/2024
DADOS PARA CONTATO ELETRÔNICO COM A ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL	www.lbadmjudicial.com.br
DIVERGÊNCIAS E HABILITAÇÕES ADMINISTRATIVAS	A ser informado
Nº DO INCIDENTE PARA OS RMAs	A ser distribuído
Nº DO INCIDENTE PARA O CONTROLE DA ESSENCIALIDADE DE ATIVOS E CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS	A ser distribuído

Sumário de Decisão de acolhimento do pedido para fins de autorização do processamento da recuperação judicial do Grupo Zanc. 1. Relatório. 2. Fundamentação. 2.1 Qualificação 2.2 Causas da crise 2.3 Regularidade documental 2.4 Consolidação processual e substancial 3. Pedidos liminares 3.1 Ratificação dos efeitos do período de blindagem 3.2 Manutenção do serviço de energia elétrica 3.3 Valores retidos por tomadores de serviços 3.4 Penhoras em processos trabalhistas 3.5 Liberação de depósitos recursais 4. Embargos opostos pelo Credor Banco Mercedes Benz do Brasil S.A 5. Custas do processo e valor da causa 6. Orientações gerais para melhor gestão democrática processual 6.1 Prévia autorização ao cartório. Possibilidade de imediato desentranhamento de Habilitações/Impugnações, mediante prévia intimação da parte. 6.2 a 6.5 Relatórios e incidentes 7. Cadastro de credores e interessados 8. Honorários da Administração Judicial 9. Indicação de dados bancários (orientação ao Administrador Judicial) 10. Atualização dos créditos sujeitos 11. Mediação 12. Dispositivo

ZDAT Teleatendimento e Serviços Ltda., CMC Serviços Empresariais Ltda.,



GCCI Administração e Participações Ltda., ZANC Assessoria Nacional de Cobrança Ltda., e ZANC Serviços de Cobrança Ltda., grupo econômico atuante de 1978 no setor de prestação de serviços de *call center*, atividades de teleatendimento, prestação de serviços na área de cobrança, assessoria comercial e *telemarketing*, ajuizaram pedido de recuperação judicial para superação da crise econômico-financeira vivenciada desde a crise sanitária decorrente do Covid-19.

Referiram que em razão da necessidade de distanciamento social, necessitaram ampliar unidades, sendo que, findo o período pandêmico, com o novo cenário econômico, teve aumento significativo de custos operacionais. Somado a outros fatores, passaram a ter redução significativa em seu faturamento e necessitar realizar readequações e demissões para fazer frente ao cenário momentâneo de crise. Destacaram que a falência seria prejudicial para os credores, situação que, associada à possibilidade de reestruturação da empresa, entendendo ser a recuperação judicial o meio hábil para preservação dos benefícios econômicos e sociais da sociedade. Atribuíram à causa o valor de R\$ 149.786.581,34 (ev. 1).

Deferiu-se o parcelamento das custas, em 10 vezes, iguais e sucessivas. Nomeou-se o administrador judicial para elaboração de constatação prévia (ev. 4).

Foi acostado laudo de constatação prévia (ev. 16), com intimação das autoras para que fosse emendada a inicial (ev. 20).

As requerentes postularam a antecipação dos efeitos do *stay period*, na forma do §12º, do art. 6º, da Lei 11.101/2005, reconhecendo-se a essencialidade bens indispensáveis à atividade empresarial desenvolvida, bem como postulando a autorização para os tomadores de serviços efetivarem os pagamentos dos valores devidos, sem a necessidade de observância de penhoras individuais (ev. 38).

Foram acolhidos os pedidos antecipatórios, formulados pelo grupo recuperando, para: **1) determinar a suspensão das execuções em face das devedoras e impedir o prosseguimento dos atos expropriatórios contra o patrimônio das empresas; 2) declarar este Juízo como competente para decidir acerca da essencialidade dos ativos das devedoras; 3) proibir qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência; 4) autorizar aos tomadores de serviços das requerentes efetuarem o pagamento integral do valor faturado, a fim de possibilitar a reorganização do fluxo de caixa e a manutenção das atividades (ev. 40).**

As recuperandas apresentaram emenda à inicial, pugnando pelo deferimento de pedidos antecipatórios e retificando o valor causa para R\$ 27.145.488,24 ante a exclusão da dívida fiscal, por não se sujeitar à recuperação judicial (ev. 81).

O Banco Mercedes Benz do Brasil S.A opôs embargos de declaração, em face da decisão do ev. 40, sustentando 1) “*Omissão de análise quanto à existência de Recuperação Judicial ativa e ajuizada anteriormente no estado de São Paulo – Ocultação pela Embargada*”; 2) *Omissão de análise quanto a possível fraude - Financiamento realizado durante período de Crise*; 3) *Omissão de análise quanto ao aumento exponencial da dívida extraconcursal, caso a embargada seja mantida na posse dos bens, sob o argumento de possível comprometimento ao cumprimento do plano de recuperação judicial*; e, 4) *Omissão da demonstração periódica da essencialidade do bem*. Pugnou “*a atribuição de efeitos infringentes a esses embargos de declaração, com o afastamento da essencialidade do bem, sob garantia de alienação fiduciária ao Banco Mercedes Benz, permitindo-se o prosseguimento da ação de busca e apreensão nº 5072198-82.2023.8.21.0001/RS e*



a consequente retomada do bem". Subsidiariamente, pugnou pela intimação das recuperandas para apresentação mensal de "a) documentos que comprovem a localização, estado de conservação e despesas com manutenção do bem dado em garantia fiduciária; b) documentos que comprovem as receitas geradas em decorrência da utilização do bem dado em garantia fiduciária" (ev. 90).

Pedidos de habilitação de Karina Nunes Baldez e Rodrigo Azambuja Ries Guedes; Telefônica Brasil S/A; e Luan DA Rocha Belloni (ev.s 79, 87, 99).

Intimada a contraarrazoar, as recuperandas pugnaram pelo desacolhimento do recurso do credor bancário, visto que "(i) até o momento, o crédito está arrolado no quadro geral de credores, portanto, encontra-se sujeito à recuperação judicial; (ii) qualquer insurgência quanto à concursabilidade do crédito deve ocorrer por meio de divergência ou impugnação de crédito, nos termos do art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/05; (iii) a fase de verificação de crédito ainda não iniciou; e (iv) somente após a aludida verificação é que poderá se analisar a questão envolvendo a essencialidade do bem" (ev. 106).

A administração judicial emitiu parecer pela rejeição dos embargos opostos pelo credor Banco Mercedes Benz do Brasil S.A, a partir dos seguintes argumentos : "a) Em virtude do reconhecimento de incompetência do Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo/SP nos autos da RJ lá ajuizada (n.º 1002297-56.2023.8.26.0260) em data significativamente anterior ao ajuizamento da ação em Porto Alegre/RS, não tendo havido benefício processual que impeça a tramitação da ação nesta Comarca, nem tendo havido, na análise técnica, a ocorrência da hipótese do art. 171 da Lei 11.101/2005; b) Em virtude da inobservância, pelo banco embargante, do procedimento previsto na Lei 11.101/2005 para a deliberação sobre a sujeição e classificação dos créditos à recuperação judicial; c) Em virtude da ausência de omissão, obscuridade e/ou contradição na decisão embargada, se tratando de mera discordância quanto ao decidido, o que deve desafiar recurso competente; d) Em virtude da ausência de impugnação específica ao fundamento da decisão do EV. 40, baseado na análise de risco ao resultado útil do processo; e) Em virtude da vedação legal para que o Juízo ou a equipe técnica proceda a análise sobre viabilidade econômica da recuperação judicial, sendo esta competência de eventual assembleia geral de credores, acaso efetivamente deferido o processamento da RJ; f) Em virtude do prazo de manutenção na posse de bens considerados essenciais ser submetido à regra legal específica (art. 6º, §7-A)." (ev. 108).

O MP opinou pelo desacolhimentos de tais embargos de declaração, por entender que a razão de fundo do recurso é rediscutir o conteúdo decisório, objetivo que não se prestam os aclaratórios. Acrescentou que qualquer deliberação acerca de eventual ato fraudulento na contratação de financiamento com o grupo recuperando extrapolaria a finalidade da atuação do juízo recuperacional. Destacou ainda a competência da Assembleia Geral de Credores de deliberar acerca de aumento exponencial da dívida extraconcursal. Por fim, quanto à essencialidade do bem, explanou sobre a precocidade da discussão levantada, considerando ainda a ausência de decisão acerca do processamento do pedido de soerguimento (ev. 118).

Administração judicial, intimada (ev. 110) a subsidiar resposta a ofício oriundo do STJ (ev. 115), expedido em sede de conflito de competência (suscitado pelas recuperandas em face da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre e deste Juízo especializado), informou que prestará as informações pertinentes perante o incidente processual (ev. 120).

Vieram os autos conclusos

É o breve relatório.



1. Decido.

1.1 Qualificação da parte autora:

a) **ZDAT Teleatendimento e Serviços Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 89.539.977/0001-95, situada à Rua General Câmara, 156, 8º andar, Sala 801, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, formada pelos sócios Carlos Irajá Zanchi (sócio majoritário, detentor de 93% das quotas sociais da principal empresa) e César Fagundes Medeiros (detentor dos restantes 7% do capital social);

b) **CMC Serviços Empresariais Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.023.218/0001-00, sediada à Rua Osvaldo Cruz, 1356, Sala 201, Santa Paula, São Caetano do Sul/SP, CEP 09541-270; formada pelos sócios Carlos Irajá Zanchi (sócio majoritário, detentor de 93% das quotas sociais da principal empresa) e César Fagundes Medeiros (detentor dos restantes 7% do capital social)

c) **GCCI Administração e Participações Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.237.801/0001-29, sediada à Avenida Duque De Caxias, 408/414, 2º andar, Santa Efigênia, São Paulo/SP, CEP 01214-970, formada por César Fagundes Medeiros com sócio único;

d) **ZANC Assessoria Nacional de Cobrança Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o nº 04.820.805/0001-32, sediada à Avenida Duque De Caxias, 408/414, 1º andar, Santa Efigênia, São Paulo/SP, CEP 01214-000; tendo como sócia a **GCCI Administração e Participações Ltda.**

e) **ZANC SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA.**, jurídica de direito privado, CNPJ sob o nº 08.204.809/0001-47, sediada à Avenida Duque De Caxias, 408, 2º andar, Santa Efigênia, São Paulo/SP, CEP 01214-000, tendo como sócia a **GCCI Administração e Participações Ltda.**

1.2. Exposição das causas concretas da situação patrimonial da devedora e das razões da crise econômico-financeira (art. 51, I, da LRF):

Vêm as devedoras, nominadas em conjunto pela administração judicial como **GRUPO ZANC**, postular o deferimento do processamento da recuperação judicial, alegando como razões da crise econômico-financeira a situação pandêmica vivenciada, o aumento dos custos operacionais, do passivo trabalhista judicializado com penhoras sucessivas.

Sobre a crise da empresa, primando-se pela transparência em homenagem à coletividade credores sujeitos à recuperação judicial, quanto ao exame das contas do ativo, passivo, resultado e indicadores do grupo recuperando, oportuno colacionar o exame da equipe técnica da administração judicial nomeada por este Juízo (evento 16, ANEXO2, p. 32-33):

a) Ativo

Observando o quadro ao lado, é possível concluir que o GRUPO ZANC experimentou uma redução importante das suas contas de ativo a partir de 2020, ano em que se desenvolveu a pandemia de Covid-19 e citada com um dos principais ocasionadores da crise econômico-financeira superveniente.

No referido ano, era possível constatar um ativo total de aproximadamente R\$ 65 milhões, sendo



49% em contas disponíveis a curto prazo e 51%, a longo prazo. Entre as principais rubricas de natureza circulante, Disponibilidades de Caixa, aproximadamente R\$ 302 mil ao final do exercício, e volumosa carteira de recebíveis de clientes, que totalizava à época, cerca de R\$ 14,3 milhões. Na conta Estoques, se encontrava bens destinados à venda, como computadores e periféricos, que passaram a ser considerados na conta de Ativo Permanente a partir de 2022 (em 2021, tal conta estava refletida na rubrica Créditos Diversos, juntamente a outros valores). Nas contas não circulantes, estavam, principalmente, valores vertidos a terceiros, em especial empresas componentes do Grupo.

Conforme se depreende da evolução das contas patrimoniais a partir do exercício de 2020, houve reduções progressivas do volume de Contas a Receber e Disponibilidades de Caixa, face ao declínio da atividade econômica do Grupo. Entre 2021 e 2022, houve uma redução de 57,98% do volume de contas a receber, ano em que, como ver-se-á adiante, se deu início a um aumento vertiginoso de obrigações tributárias inadimplentes, bem como de parcelamentos de mesma natureza, além do recrudescimento de obrigações trabalhistas e sociais.

Além disso, é possível observar reclassificações relevantes dentro do ativo das companhias, levando em consideração que a ZDAT TELEATENDIMENTO E SERVIÇOS LTDA. concentrava em sua estrutura praticamente a totalidade das operações. Empréstimos às outras empresas do Grupo, a partir da ZDAT, foram movidas em 2021 para Créditos Diversos, e posteriormente, equalizadas com obrigações que a ZDAT tinha com estas outras empresas.

Em 2023, o ativo total somou aproximadamente R\$ 50 milhões, redução de 22,96% em relação ao primeiro ano analisado na tabela demonstrativa.

b) Passivo

Observando a estrutura do passivo do GRUPO ZANC, é possível concluir que as obrigações circulantes, entre 2020 e 2023, aumentaram consideravelmente, se analisadas em relação ao total do passivo.

Obrigações Trabalhistas passaram de aproximadamente R\$ 2,1 milhões, no primeiro ano (representando, à época, 3,17% das obrigações totais) para R\$ 5,5 milhões em 2023, com representatividade de 11% sobre o total do passivo. Neste agrupamento, constam obrigações com FGTS, INSS e Rescisões, principalmente, além de salários a pagar.

Obrigações Tributárias também sofreram acréscimos importantes no decorrer dos anos, chegando a representar 7,95% do total em 2023, ao passo que, em 2020, representava 0,79% do passivo total.

Ainda, no último exercício analisado, que acumula somas até o mês de setembro, há cerca de R\$ 3,9 milhões em aberto com Fornecedores, e R\$ 617 mil, em Empréstimos e Financiamentos.

Logo, é possível concluir que a maior pressão sobre a estrutura econômica da empresa provém de Obrigações Trabalhistas e Tributárias, em especial estas últimas, levando-se em consideração que já há saldo parcelado superior a R\$ 30 milhões de tributos, contemplando obrigações como FGTS, ISSQN, IRPJ e CSLL, além de INSS e programas especiais de parcelamento lançados pelo Governo Federal.

Em relação ao Patrimônio Líquido, este se encontra positivo, no montante de aproximadamente R\$ 5,6 milhões.

c) Contas de Resultado

Após observadas as condições patrimoniais do GRUPO ZANC, passa-se à análise das contas de resultado.

É possível concluir que houve uma drástica redução das apropriações entre 2021 e 2023,



considerando que, no primeiro ano a receita total foi de cerca de R\$ 134 milhões, e em 2023, na avaliação acumulada de janeiro a setembro, foi de, aproximadamente, apenas R\$ 20,8 milhões.

As margens brutas avaliadas oscilaram no período, entre 26,37% e 52,28%, sendo a menor delas, verificada no período de 2023.

Após o cômputo de despesas operacionais, como administrativas, de pessoal, tributárias e gerais, observou-se margem operacional de apenas 1,89% na análise acumulada de janeiro a setembro de 2023, enquanto que, nos anos anteriores, este percentual variou entre 2,10% e 5,94%.

Ainda que se verifique breves resultados positivos nos anos analisados, é possível concluir que, dadas as condições de ciclo financeiro do Grupo (descasamento entre prazos de recebimento e pagamento de contas), os resultados gerados organicamente pelas operações não possibilitaram folgas no fluxo de caixa suficientes para adimplemento do volume de obrigações totais contraídas pelo Grupo, em especial, a amortização de parcelamentos tributários assumidos e obrigações trabalhistas adicionais, como por exemplo, rescisões e tributos vinculados

d) Indicadores

Analisando-se os indicadores de liquidez, observa-se uma progressiva piora dos mesmos, em especial, a liquidez corrente, que mostra que, para cada real de obrigações a curto prazo, existiam R\$ 2,40 em ativos líquidos em 2020, enquanto que em 2023, até setembro, apenas R\$ 0,42. A liquidez geral, que compara obrigações de curto e longo prazo com ativos realizáveis em igual tempo, também se mostrou insuficiente no intervalo analisado.

Como mostram os indicadores de endividamento, sempre houve uma elevada participação de capital de terceiros comparada aos recursos totais, representando 88,69% do total em 2023, ao passo que houve uma elevação substancial das obrigações concentradas no curto prazo, de 20,54% em 2020 para 31,41%, em 2023.

A margem operacional oscilou entre 2020 e 2023, atingindo o menor patamar neste último ano, 1,89%; a margem líquida, por sua vez, variou entre 0,27% e 1,44%.

1.3. Comprovação da regularidade documental, nos termos dos arts. 48 e 51 da

LRF:

Com a documentação faltante acostada junto à emenda à inicial no ev. 81, após exame da manifestação do perito, em constatação prévia, verifica-se o cumprimento, pelas requerentes, dos requisitos a que alude o art. 51 da Lei nº 11.101/05, ficando comprovada, ainda, a ausência dos impedimentos estabelecidos no art. 48 do referido diploma legal.

O perito também atestou, por meio de inspeção técnica, *in loco*, item 4.1, p. 13 do evento 16, ANEXO2, se situar o principal estabelecimento da empresa em Porto Alegre, embora a sede contratual se situar em São Paulo para fins de melhor relacionamento com as instituições financeiras, principais clientes do grupo recuperando.

Insta destacar que, nesta fase concursal, o Juízo deve se ater tão somente à crise informada pelas sociedades empresárias, aos requisitos legais do art. 51 e aos impedimentos para o processamento da recuperação judicial, estabelecidos no art. 48 da LREF.

Ressalta-se que compete aos credores das devedoras exercerem a fiscalização sobre estas e auxiliarem na verificação da sua situação econômico-financeira, cabendo salientar sobre o papel da assembleia-geral de credores, que decidirá quanto à aprovação do plano ou a sua rejeição, para a posterior concessão da recuperação judicial.

Portanto, verificado quanto ao atendimento das exigências legais, é direito subjetivo



da devedora o processamento da recuperação, a qual poderá ou não ser concedida, depois da fase deliberativa, na qual os documentos apresentados, incluindo as demonstrações contábeis, serão analisadas, consoante dispõe o art. 52 da Lei nº 11.101/05, a saber:

“Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:(...)”

No mesmo sentido, Fábio Ulhoa Coelho, na obra Comentários à Nova Lei de Falências e de Recuperação Judicial, 2ª Ed., p. 154 e 155, esclarece que o despacho de processamento não é a decisão de recuperação judicial. No caso do processamento acolhe-se a tramitação tendo em vista dois fatores: a legitimidade ativa e a instrução nos termos da lei e conclui que *"Ainda não se está definindo, porém, que a empresa do devedor é viável e, portanto, ele tem direito ao beneficiário"* pois isto será deliberado ao longo do processo fazendo parte *"da fase deliberativa"* que *"fornecerá os elementos para concessão da recuperação judicial. (...)."*

1.4 Da consolidação processual e da consolidação substancial

Antes do advento da Lei nº 14.112/202, a consolidação processual era aplicada subsidiariamente nos processos de recuperação judicial com fundamento no inciso III do art. 113 do CPC, conforme o art. 189 da Lei 11.101/05.

A Lei nº 14.112/2020, que modificou alguns dispositivos da Lei nº 11.101/2005, contemplou a questão da consolidação processual e substancial em relação aos processos de recuperação judicial que se encontra disciplinada no art. 69-G da referida norma legal, o qual transcrevo, para melhor elucidação:

Art. 69-G. Os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual.

No caso em comento, verifica-se a possibilidade de ocorrência de consolidação processual e substancial, com a configuração de litisconsórcio ativo, conforme apontamentos da administração judicial no laudo de constatação prévia do ev. 16.2, p.28, e na manifestação do evento 89, PET1 :

20. O entendimento acerca das operações das empresas por esta equipe técnica, desde o início da sua atuação no feito, permite concluir; no presente momento, de que não faz sentido não ser acolhido o pedido de consolidação substancial proposto.

21. O fato de todas as empresas terem 2 (dois) únicos sócios, o fato da empresa ZDAT exercer uma relação de controle em relação às demais empresas, o fato da atividade empresarial ser comum a todas as empresas e o fato de todas elas responderem ações trabalhistas em conjunto, revelam uma interdependência econômico-financeira e gerencial que basicamente rejeitam a possibilidade fática de não haver consolidação substancial.

O fenômeno da consolidação substancial e sua autorização pelo juízo, disciplinado no art. 69-J⁴ da LREF, pressupõe a existência de interconexão e confusão entre ativos ou passivos dos devedores, condicionada a, no mínimo, duas das hipóteses elencadas nos incisos I, II, III e IV da referida norma legal.

Sobre o tema, destaco a doutrina de Henrique Ávila:

"A consolidação substancial, prevista no art. 69-J e seguintes da LRF, é instituto de conteúdo



*material que tem como consequência a desconsideração da autonomia patrimonial de cada credor. A impossibilidade de se estabelecer, com razoável margem de segurança, a titularidade de cada um dos ativos e dos passivos das sociedades componentes do grupo econômico pode, inclusive, vir até mesmo a configurar confusão patrimonial ou desvio de finalidade, modalidades de abuso da personalidade jurídica previstas no art. 50 do Código Civil.*⁵"

Assim, consoante esclarecimentos técnicos da administração judicial, perfaz-se o preenchimento dos requisitos legais para autorizar a tramitação em consolidação substancial, nos termos do art. 69-J da Lei nº 11.101/05.

2. Dos pedidos liminares

2.1 Pedido de ratificação dos efeitos antecipatório da tutela, antes concedida no evento 40.

No ev. 81 as autores pugnaram pela ratificação da decisão do ev. 40 que antecipou os efeitos do período de blindagem.

Devidamente instruído o feito, para fins de processamento do pedido, é de acolher o pedido de ratificação da decisão antecipatória, uma vez que os efeitos decorrentes do deferimento do pedido, para fins de processamento da recuperação judicial, operam-se *ex lege*.

2.2 Manutenção dos serviços de energia elétrica.

Quanto ao pedido religamento da energia UC nº 3095801682, sede da filial Zanc Teleatendimento, localizada R. Antônio da Costa, 467 - Praia, Taquari - RS, 95860-000, pela RGE, tratando-se de crédito sujeito à recuperação judicial, deve ser deferido.

Deve, entretanto, o grupo econômico seguir adimplente com os débitos atuais e valores não sujeitos aos efeitos do pedido de soerguimento.

Assim, acolho tal pleito.

2.3 Valores de créditos sujeitos retidos por mera liberalidade dos tomadores de serviço

Demonstrado documentalmente (ev.s 81.11, 81.12 e 81.13) a retenção indevida, sem qualquer autorização judicial para tanto de valores por clientes de valores para os quais as recuperandas prestaram serviços, revelam-se abusivas as condutas, o que, dado o valor expressivo de 5 milhões que pode comprometer o processo de soerguimento (probabilidade do direito, art. 47 da Lei 11.101/2005), e o pagamento da folha de quase 600 funcionários, é de ser acolhido o pedido de intimação das empresas Serasa Experian, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados NPL II, Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e Itapeva, para que realizem o pagamento das retenções feitas às requerentes.

Assim, acolho o pedido de intimação das referidas empresas para que cumpram a presente determinação judicial, sob pena de multa, qua vai fixada em R\$ 1.000,00/dia, em caso de descumprimento.

2.4 Valores penhorados nas reclamações trabalhistas

Considerando que uma das principais finalidades do processo de soerguimento é evitar a corrida individual dos credores, em busca de seus créditos, comprometendo-se não só o



soerguimento da empresa, mas seus próprios créditos, caso ocorra a quebra, é de ser deferido o pedido ante a vigência do período de blindagem legal.

Assim, as implicações decorrentes da antecipação dos efeitos do *stay period*, ratificados na presente de decisão de deferimento para fins de ser processado o pedido de soerguimento, observados os termos do art. 6º, §2º da Lei 11.101/2005, determino a liberação de todas as penhoras de valores referentes a créditos sujeitos ao procedimento da recuperação judicial, abrangendo não só processos trabalhistas, como também em outros processos cíveis, que deverão ser transferidos para este processo, onde poderão ser eventualmente liberados.

2.5 Liberação dos depósitos recursais na Justiça Laboral

Sobre o pedido de liberação dos depósitos recursais, relativos a créditos trabalhistas sujeitos à novação legal, decorrente do processo de soerguimento, faço referência ao julgado que segue:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - DEPÓSITOS RECURSAIS - ART. 899 DA CLT COM A REDAÇÃO DA LEI 13.467/2017 - PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS - PEDIDO DE RECUPERAÇÃO - DESTINAÇÃO - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO.

1. No âmbito da Justiça do Trabalho, o depósito previsto no § 1º do artigo 899 da CLT é pressuposto de admissibilidade dos recursos interpostos contra as sentenças em que houver condenação em pecúnia, tendo duas finalidades: garantir a execução e evitar recursos protelatórios.

2. Concedida a recuperação judicial à empresa reclamada no curso da demanda, o crédito é novado e se submete aos efeitos da recuperação, por expressa disposição dos arts. 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005.

3. É da competência do juízo da recuperação a execução de créditos líquidos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive a destinação dos depósitos recursais feitos no âmbito do processo do trabalho.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo onde se processa a recuperação judicial.

(CC n. 162.769/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 24/6/2020, DJe de 30/6/2020.)

Assim, nos termos acima, acolho o pedido, sob pena dos efeitos nefastos, decorrentes da corrida individual por ativos entre credores.

Determino, igualmente, que sejam transferidos para este processo, onde poderão ser eventualmente liberados.

3. Embargos opostos pelo credor Banco Mercedez Benz do Brasil S.A (ev. 90)

Quanto aos embargos opostos pelo Banco Mercedez Benz do Brasil S.A em face da decisão do ev. 40, não assiste razão ao credor.

Primeiramente os embargos não se prestam a instrumentalizar irrisignações que visam ao cabo rediscutir o conteúdo da decisão.

Como bem salientou o Ministério Público, a deliberação acerca de eventual ato fraudulento na contratação do financiamento pelo grupo recuperando extrapola a competência deste juízo recuperacional.

A recuperação judicial, como consignou a Administração Judicial, ajuizada perante o



juízo da comarca de São Paulo/SP, não implica consequência alguma aos efeitos dos créditos a que foram submetidos os atuais credores, tendo em vista que sequer houve decisão para fins de processamento do pedido.

Por fim, exame da viabilidade econômica da empresa cabe aos credores em sede AGC, sendo que nada impede que, oportunamente, por meio do instrumento hábil, seja na fase de verificação de créditos por meio administrativo, seja na etapa judicial, a insurgência seja veiculada.

4. Custas do processo e valor da causa:

No ev. 4 deferiu-se o parcelamento das custas em 10 vezes, contabilizando-se as parcelas por meio do valor da causa, atribuído originariamente.

Entretanto, verifico constar pedido para retificação considerável do valor atribuído à causa originalmente de R\$ 149.786.581,34 para R\$ 27.145.488,24, ante a exclusão do passivo fiscal do cálculo do passivo sujeitos aos efeitos do instituto da recuperação.

Antes de deliberar acerca de tal pedido de retificação, entendo oportuno ouvir o Administrador Judicial e, na sequência, o MPRS.

5. Orientações gerais, para melhor gestão democrática processual:

5.1 Da determinação de realização administrativa de Habilitações de Créditos acidentários e derivados das relações de trabalho, diretamente perante o administrador judicial, sem necessidade de manejo de incidente:

Quanto aos **créditos acidentários e derivados das relações de trabalho**, referentes às condenações, com trânsito em julgado, em ações que tramitaram na Justiça do Trabalho, representados por certidões emitidas pelo juízo laboral, considerando o entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça de que a sujeição ao procedimento recuperacional se dá pela data do fato gerador (Tema 1.051) - a efetiva prestação do trabalho e não a data da sentença - a tornar real a possibilidade da prolação de sentenças de créditos sujeitos à recuperação judicial durante todo o período de tramitação judicial do feito, ou mesmo após, estes **não se sujeitam ao procedimento de habilitação judicializada, mesmo que retardatária**, porquanto não pode ser retardatária a habilitação pelo credor que não pode usufruir do prazo para a realização do ato administrativamente.

A ementa do acórdão do REsp 1.634.046/RS merece transcrição, uma vez que seu enunciado afirma várias formas de se agregar agilidade à habilitação do crédito trabalhista, *ex vi*, que **o crédito não necessita provimento judicial que o declare, que pode ser incluído de forma extrajudicial pelo administrador judicial** e que o magistrado da justiça laboral pode promover a reserva da importância que estimar devida, o que aparece nos trechos aqui grifados, conforme segue:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DISCUSSÃO QUANTO AO MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA QUE PERSEGUE CRÉDITO ORIUNDO DE TRABALHO REALIZADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS, INDEPENDENTE DE SENTENÇA POSTERIOR QUE SIMPLEMENTE O DECLARE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49, caput, da Lei n. 11.1.01/2005).1.1 A noção de crédito envolve basicamente a troca de uma prestação atual por uma prestação futura. A partir de um vínculo jurídico existente entre as



partes, um dos sujeitos, baseado na confiança depositada no outro (sob o aspecto subjetivo, decorrente dos predicados morais deste e/ou sob o enfoque objetivo, decorrente de sua capacidade econômico-financeira de adimplir com sua obrigação), cumpre com a sua prestação (a atual), com o que passa a assumir a condição de credor, conferindo a outra parte (o devedor) um prazo para a efetivação da contraprestação. Nesses termos, o crédito se encontra constituído, independente do transcurso de prazo que o devedor tem para cumprir com a sua contraprestação, ou seja, ainda, que inexigível. 2. A consolidação do crédito (ainda que inexigível e ilíquido) não depende de provimento judicial que o declare e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado, para efeito de sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial. 2.1 O crédito trabalhista anterior ao pedido de recuperação judicial pode ser incluído, de forma extrajudicial, inclusive, consoante o disposto no art. 7º, da Lei 11.101/05. É possível, assim, ao próprio administrador judicial, quando da confecção do plano, relacionar os créditos trabalhistas pendentes, a despeito de o trabalhador sequer ter promovido a respectiva reclamação. E, com esteio no art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei n. 11.101/2005, a ação trabalhista que verse, naturalmente, sobre crédito anterior ao pedido da recuperação judicial deve prosseguir até a sua apuração, em vindoura sentença e liquidação, a permitir, posteriormente, a inclusão no quadro de credores. Antes disso, é possível ao magistrado da Justiça laboral providenciar a reserva da importância que estimar devida, tudo a demonstrar que não é a sentença que constitui o aludido crédito, a qual tem a função de simplesmente declará-lo. 3. O tratamento privilegiado ofertado pela lei de regência aos créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial tem por propósito, a um só tempo, viabilizar a continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial da empresa em recuperação, o que pressupõe, naturalmente, a realização de novos negócios jurídicos (que não seriam perfectibilizados, caso tivessem que ser submetidos ao concurso de credores), bem como beneficiar os credores que contribuem ativamente para o soerguimento da empresa em crise, prestando-lhes serviços (mesmo após o pedido de recuperação). Logo, o crédito trabalhista, oriundo de prestação de serviço efetivada em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, aos seus efeitos se submete, inarredavelmente. 4. Recurso especial provido. (REsp 1634046/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 18/05/2017) (grifei)

Além disso, a facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial é objetivo do legislador, e forma de materialização do dever de cooperação recíproca entre os tribunais, nos termos dos arts. 67 a 69 do Código de Processo Civil.

Assim, as certidões expedidas pela Justiça do Trabalho deverão ser encaminhadas diretamente ao administrador judicial, por meio dos endereços eletrônicos (e-mail e site do administrador judicial, a ser por este prontamente informado, diretamente na secretaria do respectivo Juízo em que tramita a demanda acidentária e trabalhista).

Ademais, deverão tais Juízos observar que os créditos serão corrigidos na forma do art. 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, até a data de 26/01/2024.

Recebidas as certidões, o administrador judicial deverá, nos termos do art. 6º, parágrafo 2º, da Lei nº 11.101/2005, providenciar a inclusão na relação do art. 7º, parágrafo 2º, ou no quadro geral de credores, conforme a fase do feito, depois de conferir os cálculos da condenação, adequando-a aos termos determinados pela Lei nº 11.101/2005.

O valor apurado pelo administrador judicial deverá ser informado ao credor, por correspondência ou qualquer outro meio de comunicação, diretamente pelo administrador judicial. **Apenas em caso de discordância, pelo credor trabalhista, do valor incluído pelo administrador judicial, deverá aquele manejar incidente de impugnação de crédito.**

A Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região deverá ser oficiada, informando que os juízos trabalhistas poderão encaminhar as certidões de condenação trabalhista diretamente ao administrador judicial, utilizando-se do endereço a ser por ele informado, a fim de se



otimizar o procedimento de inclusão do crédito no quadro geral de credores.

O administrador judicial deverá encaminhar o ofício, com cópia desta decisão, à Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, devendo comprovar o protocolo nestes autos digitais, em 15 dias, a contar da ciência da presente decisão.

Neste ofício deverá constar outros dados que se façam necessários como a conta que a Recuperanda fará os pagamentos.

5.1.1 À SERVENTIA CARTORÁRIA: Da autorização para imediato desentranhamento de pedidos de Habilitação/Impugnação de Crédito, juntadas no bojo destes autos

Pela experiência observada em outros processos de reestruturação empresarial, pode observar grande demanda de petições com pedidos de habilitação e/ou impugnação do crédito constante no quadro geral de credores, procedimento que não está de acordo com a melhor técnica.

Referidos pedidos de habilitação ou de impugnação (e ressaltados os decorrentes de créditos trabalhistas e acidentários, mencionados no tópico anterior, os quais dispensam tramitação judicial) deverão ser objeto de manejo de incidente próprio, relacionado ao presente processo recuperacional, cuja distribuição compete única e exclusivamente ao procurador do habilitante/impugnante.

Outra informação importante a ser adiantada é o assunto do pedido: Quando se está diante de habilitação, o assunto será "concurso de credores" e, diante de impugnação de crédito, o assunto será "classificação de crédito".

É de suma importância que a distribuição dos pedidos de habilitação/impugnação ocorram com respeito a técnica necessária, ou seja, de forma apartada/relacionada, a fim de não causar prejuízo ao andamento do processo recuperacional.

Ressalto, ainda, a possibilidade, para os credores que não tenham postulado a inclusão administrativa do crédito, a apresentação da divergência diretamente ao administrador judicial, numa interpretação construtiva do que prevê o art. 6º, §2º da lei 11.101/2005, em consideração ao art. 8º. do CPC que traz a eficiência como princípio fundamental, bem como a celeridade e a preservação dos valores sociais.

Sugere-se à Administração Judicial, com vistas a boas práticas que tenho visto, disponibilizar em seu site modelos de peças de habilitação e impugnação de crédito, de forma a uniformizar e imprimir eficiência e efetividade de eventuais incidentes a serem instaurados.

Na dúvida sobre como proceder ao cadastro, a serventia também estará à disposição para solvê-las, através dos seguintes contatos: e-mail frpoacentvre@tjrs.jus.br e pelo telefone 51-3210-6760.

Por consequência, desde já, AUTORIZO ao Cartório que, no ingresso, nos presentes autos, de pedidos de habilitação/impugnação de crédito, que promova o desentranhamento da peça, de imediato, intimando-se posteriormente o habilitante/impugnante, conforme explanado neste tópico.

Não há necessidade de se aguardar a intimação do habilitante/impugnante para desde já proceder o desentranhamento, bastando posterior intimação deste sobre a exclusão de tal



pedido/documentos destes autos, conforme acima delineado.

5.2 Relatórios e Incidentes

Para o bom desempenho das funções lineares e transversais desempenhadas pelo administrador judicial, este deverá apresentar ao juízo, no tempo e modo ordenados, os seguintes relatórios/incidentes:

5.2.1 Relatório da Fase Administrativa

Ao final da fase de verificação administrativa dos créditos de exame das divergências e habilitações administrativas, o Relatório da Fase Administrativa, acompanhado do aviso de que trata o art. 7º, § 2º, da LRF, deve ser apresentado, nos termos da Recomendação n.º 72 do CNJ, art. 1º^{II}, contendo no mínimo:

I – relação dos credores que apresentaram divergências ou habilitações de créditos na forma do art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, indicando seus nomes completos ou razões sociais e números de inscrição no CPF/MF ou CNPJ/MF;

II – valores dos créditos indicados pela recuperanda, na forma do art. 52, § 1º, da Lei nº 11.101/2005; valores apontados pelos credores em suas respectivas divergências ou habilitações; e valores finais encontrados pelo AJ que constarão do edital;

III – indicação do resultado de cada divergência e habilitação após a análise do administrador judicial, com a exposição sucinta dos fundamentos para a rejeição ou acolhimento de cada pedido; e

IV – explicação sucinta para a manutenção no edital do Administrador Judicial daqueles credores que foram relacionados pela recuperanda na relação nominal de credores de que trata o art. 51, II, da Lei nº 11.101/2005.

§ 3º O Relatório da Fase Administrativa deve ser protocolado nos autos do processo de recuperação judicial e divulgado no site eletrônico do administrador judicial.

§ 4º O administrador judicial deve criar um website para servir de canal de comunicação com os credores, contendo as cópias das principais peças processuais, cópias dos RMAs, lista de credores e demais informações relevantes. A criação do site contribui para a divulgação de informações e o acesso aos autos que ainda são físicos em muitas comarcas.

5.2.2 Relatório Mensal da Atividades da Devedora - RMA

O Relatório Mensal das Atividades da Devedora - RMA (art. 22, II, c, da LRF - Recomendação n.º 72 do CNJ, art. 2º^B) **deve ser entregue pela administração judicial, a cada 30 (trinta) dias**, iniciando-se o prazo para apresentação do primeiro relatório da **data do compromisso**.

Observo que as melhoras práticas de gestão democrática do processo de reestruturação empresarial sugerem que a juntada dos RMA's - Relatórios Mensais das Atividades do devedor nos autos principais possui potencial capacidade de atrasar a regular marcha processual, sendo e ineficiente para seu objetivo, razão pela qual deverão ser manejados em **INCIDENTE PRÓPRIO**, a ser distribuído por depeência, a este feito.

Para a elaboração dos RMA's, **o Recuperando deverá entregar diretamente à Administração Judicial, até o dia 30 de cada mês, os seus demonstrativos contábeis, pena de**



destituição de seus administradores, nos termos do art. 52, IV, da LRF.

5.3 Relatório de Andamentos Processuais

Sem prejuízo de provocação, pelo juízo, para realizar diligências de seu ofício ou opinar sobre ponto específico, independentemente de intimação, se outra periodicidade não for determinada durante o andamento do processo, a Administração Judicial deverá manifestar-se nos autos **a cada 30 dias**, apresentando o Relatório de Andamentos Processuais que nos termos do art. 3º^B da Recomendação n.º 72 do CNJ, deverá conter no **mínimo**:

I – a data da petição;

II – as folhas em que se encontra nos autos;

III – quem é o peticionante e o que pede de forma resumida;

IV – se a recuperanda já se pronunciou sobre o pedido (caso não seja ela a peticionante);

V – se o administrador judicial e o Ministério Público se manifestaram sobre o pedido (se o julgador entender que devam ser ouvidos);

VI – se a matéria foi decidida, indicando o número de folhas da decisão;

VII – o que se encontra pendente de cumprimento pelo cartório/secretaria; e

VIII – observação do administrador judicial sobre a petição, se pertinente.

No relatório de andamentos processuais, além das questões de que trata o art. 3º, da Recomendação n.º 72 do CNJ, a Administração Judicial deverá comprovar o cumprimento do disposto no art. 22, I, *m*, *relatando as respostas enviadas aos ofícios e às solicitações enviadas por outros juízos e órgãos públicos, sem necessidade de prévia deliberação do juízo.*

5.4 Relatório dos Incidentes Processuais

Para contribuir com a organização e controle do fluxo pelo cartório e elaboração futura do Quadro Geral de Credores – QGC, a Administração deverá apresentar também, de modo conjunto ou separado do Relatório de Andamentos Processuais, mas na mesma periodicidade deste, o **Relatório dos Incidentes Processuais**, contendo, nos termos do art. 4º da Recomendação n.º 72 do CNJ, no mínimo:

I – a data da distribuição do incidente e o número de autuação;

II – o nome e CPF/CNPJ do credor;

III – o teor da manifestação do credor de forma resumida;

IV – o teor da manifestação da recuperanda de forma resumida (caso não seja ela a peticionante);

V – o teor da manifestação do administrador judicial e do Ministério Público (se o julgador entender que devam ser ouvidos);

VI – se a matéria foi decidida, indicando o número de folhas da decisão e se o incidente já foi arquivado;



VII – o valor apontado como devido ao credor e a classe em que deva ser incluído; e

VIII – eventual observação do administrador judicial sobre o incidente.

Além das informações dos incisos do § 2º, do referido art. 4º, também as informações sobre o andamento dos recursos pendentes, em tramitação no Segundo Grau de jurisdição.

5.5 Relatório Informativo de Créditos Extraconcursais

Os titulares de créditos não sujeitos ao plano de recuperação, chamados extraconcursais, podem ser atingidos de maneira reflexa pelas decisões do processo de Recuperação Judicial, seja pela suspensão das execuções individuais durante o período de *stay*, seja pela necessidade de submissão ao juízo recuperacional, quanto à possibilidade de satisfação de seus créditos com ativos das devedoras, em razão da possibilidade de sua essencialidade ao sucesso do soerguimento.

Assim, a efetividade do conhecimento e controle da essencialidade dos ativos, os créditos extraconcursais anteriores e os gerados e não satisfeitos pela devedora, durante o período de Recuperação Judicial, exigirá da Administração Judicial que os informe em planilha a ser elaborada e atualizada periodicamente, juntada em expediente próprio, diverso do destinado aos RMAs, também de modo incidental, para onde deverão ser carreados todos os pedidos de credores ou juízos de execuções individuais.

Tais informações deverão constar de **Relatório Informativo de Créditos Extraconcursais**, a ser protocolado a **cada 60 (sessenta) dias no Incidente para o Controle da Essencialidade de Ativos e Créditos Extraconcursais (a ser distribuído)** para onde deverão ser carreados todos os pedidos de credores ou juízos de execuções individuais.

5.6. Relatório das Objeções ao Plano de Recuperação

Havendo objeções ao plano de recuperação, assim que encerrado o trintídio legal do art. 55 da LRF, a Administração Judicial deverá apresentar, nos autos principais, o **Relatório das Objeções ao Plano de Recuperação**, informando, dentre outros: o número do evento do processo em que protocolada a objeção; o nome do credor objetante; o valor de seu crédito e a classe de seu crédito, ou a existência de habilitação pendente; as cláusulas do plano objetadas e um pequeno resumo das razões de objeção.

O relatório deverá estar disponível aos credores quando da assembleia.

6. Cadastramento de todos os procuradores dos credores e interessados:

No processo de Recuperação Judicial, os credores não são parte na lide, nos estritos termos da lei processual - à exceção dos incidentes por eles, ou contra eles, promovidos - não merecendo cadastramento obrigatório nestes autos ou intimação pelo procurador indicado, uma vez que a publicidade aos credores se dá por informações prestadas pela Administração Judicial e pela publicação dos avisos legais.

Ademais, o presente feito tramitará de forma pública e eletrônica, facilitando acesso e visualização, sempre que assim pretender o procurador dos respectivos credores.

Ademais, quaisquer informações, e a qualquer momento, poderão ser buscadas perante o administrador judicial, a quem a Lei incumbiu de dar ampla publicidade aos credores



(e que disponibiliza as peças do processo em endereço próprio da internet⁴).

Portanto, mesmo com o advento do processo eletrônico, que opera a favor da transparência e publicidade do processo, o cadastramento de todos os credores ou interessados que juntarem procuração aos autos será aferido caso a caso, só sendo deferido, quando necessário ao desfecho de questão anômala, não contemplada nas hipóteses de incidentais de crédito, assegurados sempre os princípios basilares do devido processo legal, ampla defesa e contraditório deferido, de forma a evitar, inclusive, prejuízo ao fluxo processual e ao regular funcionamento do sistema Eproc.

7. Honorários periciais e da administração judicial:

7.1 Honorários pela realização do Laudo de Constatação Prévia

Os honorários da realização do Laudo de Constatação Prévia não se confundem com os da Administração Judicial. Nos termos do art. 51-A, § 1º, da LRF, devem ser arbitrados posteriormente à apresentação do laudo e tendo por base a complexidade do trabalho desenvolvido.

No caso dos autos, porém, **a pessoa jurídica nomeada para a perícia será nomeada, também, para exercer a Administração Judicial.**

Por conseguinte, não vislumbro óbice a que os honorários da constatação prévia sejam devidamente considerados para a formação dos honorários da Administração Judicial.

Assim, deverá a Administração Judicial, quando da elaboração do orçamento, levar em consideração o trabalho pericial realizado na constatação prévia.

7.2 Parâmetros legais para fixação da remuneração do Administrador Judicial

Nos termos do art. 24 da LRF, o valor e a forma de pagamento da remuneração do Administrador Judicial submetem-se ao limite de 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.

Tratando-se de microempresas ou empresas de pequeno porte, o limite da remuneração é de 2% (dois por cento), conforme art. 24, § 5º, da Lei n.º 11.101/2005.

Outrossim, a Recomendação n.º 141/2023 do CNJ trouxe parâmetros a serem adotados pelo juízo no momento de fixar os honorários da Administração Judicial.

Nos termos do art. 3º da referida norma:

Art. 3º A fim de que o(a) Magistrado(a) possa fixar os valores de honorários com observação dos critérios legais nos processos de recuperação judicial, recomenda-se o seguinte procedimento:

I – ao nomear o administrador judicial, providencie a sua intimação para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente orçamento detalhado do trabalho a ser desenvolvido, informando o número de pessoas que serão envolvidas na equipe de trabalho, suas remunerações e a expectativa de volume e de tempo de trabalho a ser desenvolvido no caso concreto;

II – apresentado o orçamento detalhado pelo administrador judicial, recomenda-se ao(a) Magistrado(a) que possibilite a ciência, por meio de publicação no Diário Oficial da Justiça,



para eventual manifestação da(s) devedora(s), dos credores e do Ministério Público no prazo comum de 5 (cinco) dias;

III – diante do orçamento apresentado e das eventuais impugnações apresentadas pela(s) devedora(s), pelos credores e pelo Ministério Público, o Juiz deverá arbitrar um valor de honorários com demonstração concreta de que tal valor atende ao valor de mercado, à capacidade de pagamento da devedora e à complexidade do trabalho; e

IV – o(a) Magistrado(a) deverá atentar-se para que esse valor não supere o limite de 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial.

Assim, a Administração Judicial deverá apresentar seu orçamento no prazo de 05 dias, sem prejuízo de reavaliação dos valores dos honorários, observado o teto legal de 5%, judicialmente, caso o processo envolva trabalho extraordinário e/ou duração não previstos no orçamento inicialmente apresentado, nos termos do art. 5º da Recomendação em destaque.

Com a juntada do orçamento, a parte devedora, credores (por edital) e o Ministério Público deverão ter vista, para manifestação, no mesmo prazo de 05 dias.

À luz do artigo 4º recomendação suprarreferida, o pagamento dos honorários fixados deverá ser feito **preferencialmente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais**, o que corresponde à duração máxima de um processo de recuperação judicial com prazo integral de fiscalização de cumprimento do plano.

Tal sistemática não impede que a Administração Judicial e a devedora estabeleçam acordo relativo ao pagamento dos honorários, caso em que o respectivo termo deverá ser acostado aos autos e remetido com vista ao Ministério Público e credores (por edital) para posterior apreciação e homologação pelo juízo.

8. Indicação de dados bancários (orientação ao Administrador Judicial):

Nas correspondências enviadas aos credores, além das informações do art. 9º da LRF, deverá o Administrador Judicial solicitar a indicação de conta bancária, destinada ao recebimento de valores que forem assumidos como devidos nos termos do plano de recuperação, caso aprovado, evitando-se, assim, a realização de pagamentos por meio de depósito em conta judicial, bem como o instrumento de procuração, caso o credor seja representado por procurador.

9. Data de atualização dos valores para habilitação dos credores:

Para fins de atendimento do disposto no art. 9º, II, da LRF, fica consignada a data do protocolo do pedido de recuperação judicial como sendo o dia **26/01/2024**.

10. Mediação¹

A mediação como ferramenta de aproximação entre devedora e credores, dentre outras providências, para facilitação da elaboração das listas de credores e, principalmente, para a negociação de um plano que tenha condições de ser aprovado tem se mostrado benéfica ao procedimento recuperacional.

Mediante requerimento da devedora, promoção da Administração ou exame de conveniência pelo juízo, poderá ser realizada a mediação processual nos termos e nas hipóteses da Recomendação 58 do CNJ.



11. ISSO POSTO, DEFIRO o PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL de CMC Serviços Empresariais Ltda., CNPJ: 07023218000100, ZANC SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA., CNPJ: 08204809000147, ZANC Assessoria Nacional de Cobrança Ltda., CNPJ: 04820805000132, GCCI Administração e Participações Ltda., CNPJ: 10237801000129 e ZDAT Teleatendimento e Serviços Ltda., CNPJ: 89539977000195, em consolidação processual e substancial, determinando o quanto segue:

a) nomeio para a administração judicial LB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA., CNPJ 50.342.613/0001-85 tendo por responsável técnico Felipe Provenzi Dias (OAB/RS 86.694); que deverá, como tal, ser inserido no cadastramento processual para fins de intimação, sem prejuízo de que indique ou insira outros profissionais no cadastramento;

a.1) **expeça-se termo de compromisso**, o qual, diante das facilidades do processo eletrônico, autorizo seja prestado por meio de assinatura eletrônica no prazo de 48 horas, mediante juntada ao processo;

a.2) pelas mesmas razões, autorizo que as comunicações do art. 22, I, *a*, da Lei 11.101/2005 possam ser feitas por qualquer meio eletrônico que comprove o recebimento. Os endereços eletrônicos deverão constar do Edital do artigo 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005;

a.3) **intime-se** a Administração Judicial apresente seu orçamento no prazo de 05 dias, na forma do item 7.

Com a juntada do orçamento ou do acordo de pagamentos, **intimem-se** o devedor, credores (por edital) e o Ministério Público para manifestação no mesmo prazo;

a.4) os relatórios mensais das atividades (RMA) da empresa em recuperação, disposto no art. 22, II, *c*, da Lei 11.101/2005, deverão ser protocolados no incidente a ser distribuído, sem juntada nos autos principais. O primeiro relatório mensal deverá ser protocolado em 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do termo de compromisso.

a.5) Intime-se o administrador judicial para que proceda no encaminhamento de ofício (servindo a presente decisão como tal) à Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, nos termos estabelecidos no item "5.1, parte final", devendo comprovar a realização da diligência, nestes autos, mediante juntada de cópia do respectivo protocolo, n prazo de 15 dias.

a.6) à Secretaria para:

a.6.1) certificar nos autos a autorização prévia para proceder nos termos constantes no tópico 6.1 quanto à possibilidade de imediato desentranhamento de habilitações/impugnações que devam ser manejadas incidentalmente, para fins de evitar tumulto processual e, por consequência, garantir a efetividade do processo;

a.6.2) criar o incidente para o controle da essencialidade de ativos e créditos extraconcursais.

Os relatórios informativos dos créditos extraconcursais também deverão ser protocolados em tal incidente, sem juntada nos autos principais. O primeiro relatório deverá ser protocolado em 30 (trinta) dias do compromisso, se existente.

a.7) o relatório da fase administrativa deverá ser apresentado conjuntamente com o



aviso de que trata o art. 7.º, § 2.º, da LRF, nos termos da Recomendação n.º 72 do CNJ, art. 1º;

a.8) a Administração Judicial deverá manifestar-se nos autos a cada 30 dias, independentemente de intimação, se outra periodicidade não for determinada durante o andamento do processo, mediante relatório de andamentos processuais, nos termos do art. 3º da Recomendação n.º 72 do CNJ. Caso não o faça, deverá a serventia proceder em referida intimação;

a.9) havendo objeções ao plano de recuperação, assim que encerrado o trintídio legal do art. 55 da LRF, a Administração Judicial deverá apresentar, nos autos principais, o relatório das objeções ao plano de recuperação judicial;

a.10) a critério da Administração Judicial, autorizo a fiscalização eletrônica ou remota das atividades da devedora; assim como a realização de Assembleia Virtual de Credores, mediante o uso de plataforma que permita o cadastramento e participação nas discussões e votações de modo equivalente ao presencial, atendida a recomendação do CNJ sobre o tema;

a.11) mediante requerimento da devedora, promoção da Administradora ou exame de conveniência pelo juízo, poderá ser realizada a mediação processual nos termos e nas hipóteses da Recomendação n.º 58 do CNJ;

a.12) desde já autorizo a publicação dos editais previstos em lei, pelo Administrador Judicial e no tempo e oportunidades, igualmente, previstos na Lei nº 11.101/2005, sem necessidade de conclusão específica para autorização expressa em cada evento (devendo a serventia cartorária anotar lembrete nos autos para assim proceder), ficando autorizada a publicação conjunta dos editais do art. 7º, § 2º, e art. 53, parágrafo único, e da proposta de honorários, caso já protocolado o Plano de Recuperação Judicial quando do encerramento da fase administrativa;

b) DEFIRO os **pedidos antecipatórios**, servindo a presente como ofício, para encaminhamento pela recuperanda, aos destinatários, e

b.1) **DETERMINO** à **RGE/RS** que reestabeleça a energia suspensa quanto à UC nº 3095801682, sede da filial Zanc Teleatendimento, localizada R. Antônio da Costa, 467 - Praia, Taquari - RS, 95860-000.

Deve, entretanto, o grupo econômico seguir adimplente com os débitos atuais e valores não sujeitos aos efeitos do pedido de soerguimento.

b.2) **DETERMINO** às empresas **Serasa Experian, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II, Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e Itapeva**, para realizarem de forma imediata o pagamento dos valores retidos, devidos pela prestação de serviços pelas autoras, sob pena de multa diária no valor R\$ 1.000,00 em caso de descumprimento da ordem;

b.3) **AUTORIZO** as recuperandas a notificarem, nos juízos trabalhistas, a necessidade liberação dos valores relativos a **depósitos recursais** quanto a créditos sujeitos aos efeitos novatórios da decisão em tela.

No caso de não concordância, caso não suscitado o conflito pelo Juízo Laboral, devem as recuperandas, querendo, assim proceder.

c) **DESACOLHO** os embargos opostos por **Banco Mercedes Benz do Brasil S.A no ev. 90**, nos termos do item 4.



d) Oportunize-se vista ao **administrador judicial**, acerca do **pedido de retificação do valor da causa**, conforme item 4, com posterior vista ao MPRS.

e) **com a ratificação e minuta disponibilizada pelo Administrador Judicial**, publique-se o edital previsto no art. 7.º, § 1º, e artigo 52, § 1º da LRF, junto ao Órgão oficial;

d) dispense a apresentação de certidões negativas de débito fiscal nesta fase processual, atendendo ao disposto no art. 52, II, da LRF, até a apresentação do plano aprovado em assembleia geral de credores (art. 57 da LRF). No caso de participação em procedimento licitatório e contratação com o poder público, será apreciada a dispensa no caso concreto, devendo, entretanto, atentar o grupo recuperando acerca do **atual entendimento do STJ**⁵ acerca da exigência legal prevista no **art. 57 da LRF**.

e) **ACOLHO** o pedido para ratificação da decisão do evento 40, quanto à antecipação dos efeitos do período de blindagem, para fins de permanecerem suspensas **todas as ações ou execuções contra o recuperando**, na forma do art. 6.º da Lei nº 11.101/2005.

Devem permanecer os respectivos autos nos juízos onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1.º, 2.º e 7.º-A e B do art. 6.º da mesma Lei.

Relativamente aos créditos excetuados na forma dos §§ 3.º, 4.º e 5.º do art. 49, para sua exclusão, dependem da prova da regularidade e tipicidade dos contratos, sendo da competência do Juízo Universal da Recuperação a declaração ou não da essencialidade de bens da devedora, mantida a proibição da alienação ou consolidação da propriedade, no prazo antes referido, salientando que o prazo da suspensão dar-se-á em dias corridos, nos termos da fundamentação supra;

f) o Plano de Recuperação Judicial deverá ser apresentado no prazo de 60 (sessenta) dias, o qual será contado, igualmente, em dias corridos, a partir da intimação da presente decisão, nos termos do artigo 53, *caput*, da Lei nº 11.101/2005, **sendo a apresentação de calendarização processual do procedimento medida recomendável**⁶.

g) intemem-se, inclusive o **Ministério Público**, bem como cadastrem-se as Fazendas Públicas da **União, do Estado do Rio Grande do Sul, São Paulo** e dos **Municípios de Porto Alegre/RS, Taquari/RS, São Caetano do Sul/SP, São Paulo/SP**, intimando-as do deferimento do processamento da recuperação judicial da devedora;

h) Oficiem-se à **Junta Comercial do Estado do RS** e à **Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil**, para a anotação do deferimento do processamento da recuperação judicial nos registros correspondentes (art. 69, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05), devendo contar, após o nome de cada uma das recuperandas, a expressão: "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"

i) Oficie-se à Corregedoria-Geral de Justiça, bem como a todos os juízes das unidades da capital e interior, encaminhando-se cópia da presente decisão.

Encaminhe-se cópia também à Justiça Federal e à Justiça do Trabalho de Porto Alegre;

j) traslade-se cópia da presente decisão para os Incidentes a serem abertos.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO SCHAFFER, Juiz de Direito**, em 13/4/2024, às 17:6:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10058430409v6** e o código CRC **0b1075ec**.

4. Art. 69-J. O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses: I - existência de garantias cruzadas; II - relação de controle ou de dependência; III - identidade total ou parcial do quadro societário; e IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes.

5. ÁVILA, Henrique. Recuperação de Empresas e Falência: diálogos entre a doutrina e a jurisprudência. Alexandre Alves Lazzarini... [et al]; coordenação Daniel Carnio Costa, Flávio Tartuce, Luis Felipe Salomão. 1. ed. Barueri: Atlas, 2021, p. 284.

1. Art. 1º Recomendar a todos os Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação judicial que determinem aos administradores judiciais a apresentação, ao final da fase administrativa de verificação de créditos, prevista no art. 7º da Lei nº 11.101/2005, a apresentação de relatório, denominado Relatório da Fase Administrativa, contendo resumo das análises feitas para a confecção de edital contendo a relação de credores. § 1º O objetivo do Relatório da Fase Administrativa é conferir maior celeridade e transparência ao processo de recuperação judicial, permitindo que os credores tenham amplo acesso às informações de seu interesse já no momento da apresentação do edital de que trata o art. 7º, § 2º, da Lei nº 11.101/2005, inclusive para conferir-lhes subsídios para que possam decidir de maneira informada se formularão habilitação ou impugnação judicialmente. § 2º O Relatório da Fase Administrativa deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: I – relação dos credores que apresentaram divergências ou habilitações de créditos na forma do art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, indicando seus nomes completos ou razões sociais e números de inscrição no CPF/MF ou CNPJ/MF; II – valores dos créditos indicados pela recuperanda, na forma do art. 52, § 1º, da Lei nº 11.101/2005; valores apontados pelos credores em suas respectivas divergências ou habilitações; e valores finais encontrados pelo AJ que constarão do edital; III – indicação do resultado de cada divergência e habilitação após a análise do administrador judicial, com a exposição sucinta dos fundamentos para a rejeição ou acolhimento de cada pedido; e IV – explicação sucinta para a manutenção no edital do Administrador Judicial daqueles credores que foram relacionados pela recuperanda na relação nominal de credores de que trata o art. 51, II, da Lei nº 11.101/2005. § 3º O Relatório da Fase Administrativa deve ser protocolado nos autos do processo de recuperação judicial e divulgado no site eletrônico do administrador judicial. § 4º O administrador judicial deve criar um website para servir de canal de comunicação com os credores, contendo as cópias das principais peças processuais, cópias dos RMAs, lista de credores e demais informações relevantes. A criação do site contribui para a divulgação de informações e o acesso aos autos que ainda são físicos em muitas comarcas.

2. Art. 2º Recomendar a todos os Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação empresarial e falência que determinem aos administradores judiciais que adotem como padrão de RMA – Relatório Mensal de Atividades do devedor, previsto no art. 22, II, “c”, da Lei nº 11.101/2005, que consta em anexo. § 1º O administrador judicial tem total liberdade para inserir no RMA outras informações que julgar necessárias, mas deverá seguir essa recomendação de padronização de capítulos de forma a contribuir com o andamento do processo, em benefício dos credores e dos magistrados. § 2º O RMA apresentado aos Juízos recuperacionais deverá ser disponibilizado pelo administrador judicial em site eletrônico.

3. Art. 3º Recomendar aos administradores judiciais que apresentem aos magistrados, na periodicidade que esses julgarem apropriada em cada caso, Relatório de Andamentos Processuais, informando as recentes petições protocoladas e o que se encontra pendente de apreciação pelo julgador. § 1º Esse Relatório visa a contribuir com a celeridade e eficiência do processo e é uma excelente ferramenta de organização dos autos que comumente é repleto de petições de variados personagens, por se tratar de um processo coletivo com múltiplos interesses e pedidos. § 2º O Relatório de Andamentos Processuais deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: I – a data da petição; II – as folhas em que se encontra nos autos; III – quem é o peticionante e o que pede de forma resumida; IV – se a recuperanda já se pronunciou sobre o pedido (caso não seja ela a peticionante); V – se o administrador judicial e o Ministério Público se manifestaram sobre o pedido (se o julgador entender que devam ser ouvidos); VI – se a matéria foi decidida, indicando o número de folhas da decisão; VII – o que se encontra pendente de cumprimento pelo cartório/secretaria; e VIII – observação do administrador judicial sobre a petição, se pertinente.

4. Nesse sentido já decidiu o TJRS, conforme exemplificam as seguintes ementas: AGRADO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CADASTRAMENTO DOS ADVOGADOS DOS CREDORES PARA INTIMAÇÃO VIA NOTA DE EXPEDIENTE. DESNECESSIDADE. A intimação dos credores interessados nos processos de falência e recuperação judicial deve ocorrer por meio da publicação de editais, procedendo-se a intimação via Nota de Expediente somente nas habilitações de crédito e nas ações que os credores forem efetivamente parte, não sendo aplicável o art. 236, § 1º, do CPC. Ademais, o cadastramento dos advogados de todos os credores do devedor para fins de intimação acabaria tumultuando o andamento do processo de recuperação judicial. Além disso, no caso concreto, a decisão agravada determinou que os credores serão intimados através dos seus procuradores somente se houver alguma determinação que lhes for direcionada. AGRADO DESPROVIDO. (TJ-RS - AI: 70066736349 RS, Relator: Jorge André Pereira Gailhard, Data de Julgamento: 16/12/2015, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) AGRADO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CADASTRAMENTO DOS ADVOGADOS DOS CREDORES PARA RECEBIMENTO DE INTIMAÇÕES POR NOTA DE EXPEDIENTE. DESNECESSIDADE. 1. Dispensa do cadastramento dos advogados dos credores para recebimento de intimações por nota de expediente. Questão a ser observada somente para as habilitações de crédito e nas demandas nas quais os credores efetivamente figurem como parte. Inteligência do RT. 191 da LFR. 2. Inaplicabilidade do art. 236, § 1º, do NCPC, cuja aplicação é subsidiária à lei especial, no caso, a n. 11.101/05. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RS - AI: 70071858682 RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Data de Julgamento: 29/03/2017, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 06/04/2017) O STJ não destoa de tal



entendimento:PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS. EDITAL. PUBLICAÇÃO. ART. 7º, §§ 1º E 2º, DA LEI N. 11.101/2005. CARÁTER PRELIMINAR E ADMINISTRATIVO. INTIMAÇÃO DOS PATRONOS DOS CREDORES. DESNECESSIDADE. IMPUGNAÇÕES. FASE CONTENCIOSA. ART. 8º DA LEI N. 11.101/2005. REPRESENTAÇÃO POR ADVOGADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. São de natureza administrativa os atos procedimentais a cargo do administrador judicial que, compreendidos na elaboração da relação de credores e publicação de edital (art. 52, § 1º, ou 99, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005), desenvolvem-se de acordo com as regras do art. 7º, §§ 1º e 2º, da referida lei e objetivam consolidar a verificação de créditos a ser homologada pelo juízo da recuperação judicial ou falência. 2. O termo inicial do prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências é a data de publicação do edital (art. 7º, § 1º, da Lei n. 11.101/2005). 3. Na fase de verificação de créditos e de apresentação de habilitações e divergências, dispensa-se a intimação dos patronos dos credores, mesmo já constituídos nos autos, ato processual que será indispensável a partir das impugnações (art. 8º da Lei n. 11.101/2005), quando se inicia a fase contenciosa, que requer a representação por advogado. 4. Se o legislador não exigiu certa rotina processual na condução da recuperação judicial ou da falência, seja a divulgação da relação de credores em órgão oficial somente após a publicação da decisão que a determinou, seja a necessidade de intimação de advogado simultânea com a intimação por edital, ao intérprete da lei não cabe fazê-lo nem acrescentar requisitos por ela não previstos. 5. Recurso especial conhecido e desprovido. (STJ - REsp: 1163143 SP 2009/0211276-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 11/02/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/02/2014)

1. sugestão de cartilha sobre a mediação no âmbito da recuperação judicial <https://camarb.com.br/wpp/wp-content/uploads/2020/08/guia-de-boas-praticas-para-mediacao-em-recuperacao-judicial-camarb-3.pdf>

5. Recentemente o STJ em mudança de entendimento pacificou o entendimento no julgamento do RESP 2053240-SP (2023/0029030-0) acerca da necessidade de regularidade fiscal como condição para concessão da recuperação judicial, nos termos do art. 57 da Lei 11.101/2005. A pacificação do entendimento se fundamentou principalmente nas alterações trazidas pela Lei 14.112/2020 que incluiu os arts. 10-A, 10-B e 10-C na Lei 10.522/2002, a chamada Lei do Contribuinte Legal, para regularizar medidas de parcelamento do débito fiscal no âmbito federal, numa análise sistemática especialmente a consequência prevista no art. 73, V de convalidação em falência na hipótese de não se cumprir o parcelamento.

6. Nesse sentido, destaco artigo disponível em <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-administrador-judicial-e-o-calendario-processual-na-recuperacao-judicial-27112023>, contendo também sugestões conferidas pela lei para acelerar o procedimento: "os credores podem emitir os votos por termo de adesão ou via procedimentos alternativos (art. 39, §4º e seus incisos, da LREF). Atingido o número mínimo de créditos e homologado o calendário processual, recomenda-se sua publicação na imprensa oficial junto ao edital do art. 52, §1º, da LREF. Essa forma é indispensável para levar as datas combinadas entre as partes a conhecimento dos eventuais credores que não constarem da listagem inicial apresentada pela devedora. Seja qual for a modalidade de votação escolhida, valerão as datas fixadas no calendário homologado. Dispensa-se, então, a publicação dos editais previstos na Lei nº 11.101/2005, em especial os referidos nos arts. 7º, §2º, 53, parágrafo único, e 36."

5018005-83.2024.8.21.0001

10058430409 .V6





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PJECOR Nº 0002155-46.2024.2.00.0814

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (1199)

[Fiscalização]

**REQUERENTE: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

REQUERIDO: UNIDADES JUDICIÁRIAS - 1º GRAU - TJPA

DESPACHO

O presente de expediente é oriundo da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Id. 4342978), por meio do qual cientifica este Órgão Correccional acerca da Decisão (Id.4342979), da lavra do Exmo. Sr. Dr. Gilberto Schafer, Juiz de Direito, que deferiu o processamento da recuperação judicial das empresas CMC Serviços Empresariais Ltda, ZANC Serviços de Cobrança LTDA, ZANC Assessoria Nacional de Cobrança Ltda., GCCI Administração e Participações Ltda. E ZDAT Teleatendimento e Serviços Ltda., nos autos de Recuperação Judicial nº 5018005-83.2024.8.21.0001/RS.

Atendendo ao solicitado, **DETERMINO**, então, que seja dada ciência da íntegra deste expediente a todos os Juízes de Direito do Estado do Pará, a fim de que a decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS seja atendida.

Após, **ARQUIVE-SE**.

Dê-se ciência ao remetente.

Sirva o presente despacho como ofício.

À Secretaria da Corregedoria de Justiça, para os devidos fins.

Belém (PA), data registrada no sistema.

Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR



Corregedor-Geral de Justiça



A11



OFÍCIO CIRCULAR N° 052/2024-CGJ





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PJECOR Nº 0002155-46.2024.2.00.0814PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (1199)

[Fiscalização]

REQUERENTE: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERIDO: UNIDADES JUDICIÁRIAS - 1º GRAU – TJPA

DESPACHO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 052/2024-CGJ

O presente de expediente é oriundo da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Id. 4342978), por meio do qual científica este Órgão Correccional acerca da Decisão (Id.4342979), da lavra do Exmo. Sr. Dr. Gilberto Schafer, Juiz de Direito, que deferiu o processamento da recuperação judicial das empresas CMC Serviços Empresariais Ltda, ZANC Serviços de Cobrança LTDA, ZANC Assessoria Nacional de Cobrança Ltda., GCCI Administração e Participações Ltda. E ZDAT Teleatendimento e Serviços Ltda., nos autos de Recuperação Judicial nº 5018005-83.2024.8.21.0001/RS.

Atendendo ao solicitado, **DETERMINO**, então, que seja dada ciência da íntegra deste expediente a todos os Juízes de Direito do Estado do Pará, a fim de que a decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS seja atendida.

Após, **ARQUIVE-SE**.

Dê-se ciência ao remetente.

Sirva o presente despacho como ofício.

À Secretaria da Corregedoria de Justiça, para os devidos

fins. Belém (PA), data registrada no sistema.

Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

Corregedor-Geral de Justiça



Assinado eletronicamente por: JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR - 17/05/2024 13:44:58
<https://corregedoria.pje.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24051713445824500000004082360>
Número do documento: 24051713445824500000004082360

Num. 4348831 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: NIRENE COELHO VIANA - 21/05/2024 08:40:12
<https://corregedoria.pje.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24052108401280600000004101998>
Número do documento: 24052108401280600000004101998

Num. 4369798 - Pág. 1